

MEMÓRIAS DE ÍNDIO: UMA LEITURA HUMANIZADORA DA LITERATURA INDÍGENA DE DANIEL MUNDURUKU

Nathally Regina M. N. Campos*

RESUMO: O artigo em questão pretende compor uma análise da função humanizadora da literatura indígena tendo como objeto específico de trabalho a obra *Memórias de Índio: uma quase autobiografia* de Daniel Munduruku. O autor e professor paraense pertence ao povo Munduruku, que, até o século XIX, ocupava o Vale do Tapajós de forma dominante. Esta nação indígena, hoje, luta para manter-se na região e preservar sua tradição guerreira. Objetiva-se articular considerações acerca do caráter autobiográfico e, ao mesmo tempo, ficcional da obra e elaborar uma reflexão acerca do papel da literatura indígena no âmbito social e de sua relação com o conceito de humanização proposto por Antonio Candido em alguns de seus textos. Busca-se problematizar a cristalizada condição ordinária que esta escrita parece ocupar em comparação a literaturas produzidas no contexto ocidental e ressaltar a relevância dos referidos textos para a difusão e conhecimento desta pluricultura meramente denominada cultura indígena.

Palavras-chave: Literatura indígena. Humanização. Civilização.

ABSTRACT: This article intends to compose an analysis of the humanizing function of the indigenous literature having as specific object of work in *Indian Memories: an almost autobiography* of Daniel Munduruku. The Brazilian author and professor belong to the Munduruku people, who until the 19th century occupied the Tapajós Valley in a dominant way. his indigenous nation today struggles to stay in the region and preserve its warrior tradition. It aims to articulate considerations about the autobiographical and, at the same time, fictional character of the work and to elaborate a reflection on the role of indigenous literature in the social sphere and its relation with the concept of humanization proposed by Antonio Candido in some of his texts. It is tried to problematize the crystallized ordinary condition that this writing seems to occupy in comparison to literatures produced in the occidental context and to emphasize the relevance of the mentioned texts for the diffusion and knowledge of this pluriculture, merely denominated of indigenous culture.

Keywords: Indigenous literature. Humanization. Civilization.

1 Uma “quase” autobiografia

*E o que serei? Pó, apenas pó que se juntará ao universo e alimentará
a fantasia de nossa própria humanidade. Eu me juntarei a todos os
outros seres que andaram por aqui e dos quais também eu sou
memória a granel.*

MUNDURUKU, 2016

Memórias, literatura, ancestralidade, engajamento. Expressões que buscam sintetizar de forma genuína o que Daniel Munduruku propõe disseminar com a idealização de *Memórias de Índio: uma quase autobiografia*. O autor paraense, de origem indígena, pertence ao povo Munduruku, que hoje habita regiões nos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. Daniel não

* Mestranda em Estudos de Literatura, UFF. E-mail: nathallyregina@hotmail.com

viveu em sua aldeia de origem, mas conviveu com os costumes aldeenses passados por seu avô e seu pai. O autor permaneceu envolvido pelas tradições indígenas durante toda sua infância e, ao ingressar numa escola salesiana, passou a ter contato com pessoas fora de seu convívio recorrente.

De acordo com o último censo realizado pela Secretaria Especial da Saúde Indígena (Seasi), em 2014, existiam apenas 13.755 representantes do povo Munduruku, concentrados principalmente em aldeias próximas ao rio Cururu, afluente do Rio Tapajós. Devido à perda de território para áreas de garimpo, esses indígenas de tradição guerreira, modificaram seus hábitos de vida e atividades produtivas incorporando a prática garimpeira aos trabalhos desempenhados pelo grupo. Desde o início do século XX, missões religiosas atuam nas aldeias e convivem harmoniosamente com os rituais culturais e sagrados praticados pelos indígenas.

Quanto ao aspecto cultural, as atividades desenvolvidas pelos Munduruku mostram-se bastante diversificadas e profusas envolvendo uma compilação de canções e poesias, o uso de instrumentos musicais, confecção de cestas, peneiras e artigos em cerâmica. Ainda que em grande contato com grupos externos não indígenas e sofrendo interferências de distintas culturas, o povo Munduruku permanece com suas tradições e costumes e convive pacificamente com as diversidades que lhe são apresentadas. Conduzida esta que, se amplamente adotada, permitiria absolutas compensações e parcos infortúnios.

Ainda em crescente atividade literária, Daniel Munduruku formou-se em Filosofia e atuou como professor do ensino básico. Produziu uma vasta bibliografia e mantém-se como um dos principais representantes e propagadores da literatura indígena brasileira. Destaca-se por seu envolvimento nas questões de preservação da cultura indígena por intermédio da educação e da escrita. Em *Memórias de Índio: uma quase autobiografia*, obra publicada em 2016, o professor traz uma narrativa relativamente ímpar em relação às suas produções anteriores que objetivam aproximar a literatura indígena “oral” da prática literária desenvolvida para um público infantil não indígena.

Colaborador enfático da literatura infanto-juvenil por meio de seus livros de contos, mitos e histórias de seus ancestrais indígenas, o autor traz nesta obra uma narrativa autobiográfica permeada de inventividade, sonhos e realizações. Percebe-se uma composição que se pretende autobiográfica, no entanto, não ambiciona uma representação fiel da realidade, em virtude, pressupõe-se, dos relatos mais distantes ocorridos em sua primeira infância e descritos de forma mais imaginativa. Pressupõe-se uma preocupação evidente em apresentar o cunho social e

transformador de sua escrita, contudo a narrativa constitui-se de pequenas crônicas propositalmente estruturadas a focar na composição subjetiva central filtrada por acontecimentos rotineiros e genéricos.

Eu tinha 6 anos ou menos quando a rede em que eu estava deitado começou a balançar sozinha. Comecei a chorar compulsivamente, e logo minha mãe foi ao meu encontro. Por alguns minutos, a casa balançou e a gente pensou que ia desmoronar. (...) Algumas vezes, cheguei a perguntar sobre o ocorrido, mas meus pais diziam que não se lembravam disso. O interessante é que meus irmãos também não se lembram do ocorrido. (MUNDURUKU, 2016, p. 17-18)

Dividida em três capítulos centrais que destacam os ciclos de sua formação humana e intitulados de *Criança*, *Juventude* e *Vida adulta*, a obra é composta de pequenas crônicas que giram em torno de sua vida de modo geral, contam memórias de sua infância, a dificuldade de adaptação na escola fora da aldeia, a experiência de exclusão, a adolescência no seminário, a educação religiosa, as realizações na vida adulta e, principalmente sua atividade literária voltada para a ruptura de inúmeros paradigmas nocivos que margeiam a literatura indígena e não permitem que seja vista por sua importante contribuição cultural e função humanizadora:

A literatura é, para nós, uma forma de atualizar nossos conhecimentos antigos. Por intermédio dela, pretendemos desconstruir a imagem negativa que fizeram de nós e mostrar que somos parte da aventura de ser brasileiros, ainda que tenhamos diferenças em nossa compreensão de humanidade. (...) Atualizar nossos saberes ancestrais usando os equipamentos que a sociedade, dita civilizada, criou é nossa maneira de mostrar que não somos seres do passado, muito menos do futuro. Essa atualização mostra que estamos na Terra para ficar e queremos ensinar nossa maneira de manter o planeta vivo, queremos gritar para o mundo todo que somos parte e que ainda dá tempo de reverter o quadro vermelho de sangue que foi pintado ao longo de nossa história. (MUNDURUKU, 2016, p. 192-193)

Assim como os capítulos sugerem uma evolução de caráter biológico, a escrita também parece amadurecer. As crônicas iniciais mostram-se ainda absorvidas da fantasia própria das lembranças infantis; a narrativa percebe-se, embora envolvida numa perspectiva central autobiográfica, induzida à ficção. No entanto, de acordo com a sequência temporal designada inicialmente pelos títulos dos capítulos, os textos tornam-se cada vez mais comprometidos com a representação genuína de sua trajetória, visto que seu objetivo precípuo configura-se no registro da importância de seu percurso para o desenvolvimento de seu trabalho social por intermédio da literatura.

É na infância que Munduruku passa a ter contato com o mundo fora da aldeia e a escola aparece como instituição responsável por este encontro e pelas transformações experienciadas pelo jovem. A transição entre o menino que devorava mangas direto do pé e transformava seus caroços em brinquedos, o jovem que se tornaria gráfico offset e o adulto que recebeu uma educação religiosa, tornou-se seminarista, decidiu-se pela carreira acadêmica e pelo envolvimento nas causas sociais; inaugura-se por intermédio das convenções da ordem religiosa mantenedora da instituição escolar frequentada pelo autor por determinação do governo. A educação mostrou-se fundamental para a sua competente e efetiva trajetória de dedicação social.

Embora o menino gostasse da escola, a convivência com os colegas e o aprendizado de uma nova língua, desde o início, foram ocorrências complicadas a serem administradas por uma criança. A organização social e as práticas coletivas adotadas na cidade confundem o garoto que traz, de sua vida simples na aldeia, valores distintos daqueles apresentados a ele agora. O narrador relembra a difícil adaptação na escola devido à rejeição da maioria dos alunos e do rótulo de “índio” que recebera em sua chegada. Contudo, destaca não reconhecer as diferenças que os afastavam e que pareciam tão visíveis aos olhos de seus companheiros e rememora, comparativamente, a educação recebida na tribo e as condutas sociais da comunidade indígena. O autor ressalta que o termo “índio” produz uma conotação pejorativa, ou mesmo, idealizada do verdadeiro sentido da palavra.

(...) quando fui me aproximando do local, um deles apontou o dedo para mim e gritou: “Olha o índio que chegou na nossa escola!!! Olha o índio! Eu fiquei olhando para todas as partes, procurando o tal índio! Achei que era um passarinho que eu não conhecia! (MUNDURUKU, 2016, p. 21)

Como já citado anteriormente, Daniel Munduruku não pretende, precipuamente, nesta obra, difundir a cultura e as histórias pertinentes ao seu povo de forma ficcional, entretanto, alguns trechos invocam lembranças que fazem referência, superficialmente, aos hábitos de vida da aldeia com o objetivo de comparação entre a comunidade indígena e a comunidade em que fora “incluído”. Estas memórias de cunho essencialmente crítico em relação a uma sociedade excludente que parece se colocar acima das demais, na verdade, reforçam a sapiência e a temperança de um povo estigmatizado como “primitivo”.

Lembro de meu avô dizendo que é preciso valorizar nossa história para não nos deixar vencer por esta sociedade de consumo que quer a gente escravos do ter. Ele afirmava que a gente corria o risco do esquecimento quando se deixava levar pela ingratidão. Nós não podemos nunca esquecer de onde viemos para não desejar humilhar, escravizar, diminuir

ou desmerecer as pessoas com as quais a gente convive em nosso cotidiano. (MUNDURUKU, 2016, p. 56)

O autor sugere uma segmentação das atribuições entre homens, mulheres, idosos e crianças, embora essa divisão não hierarquize esses grupos. De maneira oposta, todos participam das práticas coletivas de forma igualitária desempenhando papéis distintos e uniformemente valorizados para que a comunidade em geral seja beneficiada, e não apenas poucos. A família é valorizada e cada membro desempenha papel distinto e fundamental na criação dos jovens. Os idosos, por suas experiências, são respeitados e estimados, bem como, as mulheres que atuam categoricamente na rotina familiar e coletiva.

Com o passar do tempo, a gente vai entendendo a função que cada uma dessas pessoas ocupa em nossa vida. Vamos descobrindo que os pais são nossos provedores e educadores. São eles que nos alimentam, nos banham, nos ensinam a andar (...) Depois percebemos que os irmãos servem como suporte para esse aprendizado. Servem também para brigar com a gente. Os primos são nossos colegas de jogos e brincadeiras. Tios e tias são nossos outros pais. Mas para que servem um avô e uma avó? Eles servem para educar nosso espírito. (...) Trazem consigo a experiência de ter vivido e compreendido os sentidos de existir. (MUNDURUKU, 2016, p. 30)

Desse modo, pelo exposto acima, faz-se imperativo uma reflexão acerca do papel da literatura indígena transmitida por Daniel Munduruku. O autor almeja, especialmente, que a sua literatura humanize, à medida que “é um grito de libertação” (MUNDURUKU, 2016, p. 204) e pretende “formar pessoas conscientes de seu pertencimento ao mundo em que vivemos” (MUNDURUKU, 2016, p. 201). À luz de Antonio Candido, ao postular acerca das funções desempenhadas pela literatura na formação do homem, pode-se atribuir à literatura aqui analisada um caráter humanizador, visto que agrega dentre outras interpretações, a função psicológica, que provê a necessidade humana de fantasia; e a função social, que contribui para uma concepção crítica do ser social em formação, asseguradas pelo crítico como fundamentais.

Entretanto, verifica-se uma visão, por vezes, paradoxal e altiva em relação às literaturas produzidas em contextos específicos. Acerca das proposições supracitadas, pretende-se problematizar a interpretação de Antonio Candido em relação às acepções de literatura humanizadora em alguns de seus textos e contrapô-las à obra analisada.

Há no estudo da obra literária um momento analítico, se quiserem de cunho científico, que precisa deixar em suspenso problemas relativos ao autor, ao valor, à atuação psíquica e social, a fim de reforçar uma concentração necessária na obra como objeto de conhecimento; e há um momento crítico, que indaga sobre a validade da obra e sua função como síntese e projeção da experiência humana.

Tendo assim demarcado os campos, vejamos algumas coisas sobre a literatura como força humanizadora, não como sistema de obras. Como algo que exprime o homem e depois atua na própria formação do homem. (CANDIDO, 1972, p. 82)

2 A função humanizadora da Literatura Indígena

Antonio Candido afirma, em muitos de seus textos, a atuação da literatura na organização de uma sociedade e sua capacidade de humanização. Segundo o crítico, não há organização social que não sofra influência de manifestações literárias, se forem concebidas de forma ampla, como exposições escritas ou orais provenientes das práticas coletivas de um determinado grupo; visto que todo e qualquer indivíduo, em algum momento, de alguma forma, pôs-se em proximidade a gêneros como canções populares, anedotas, histórias em quadrinho. Desta forma, Candido afirma:

Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito. (CANDIDO, 2011, p. 177)

Entende-se por literatura, nesse contexto, instrumento essencial para formação de uma sociedade e seu equilíbrio, ferramenta atuante na educação e responsável pelo posicionamento ideológico e cultural dos indivíduos. Isto posto, pressupõe-se que, para o autor, ligado ao conceito de humanização está o conceito de civilização e a literatura constitui componente imprescindível neste processo humanizador capaz de organizar uma sociedade e dar-lhe civilidade por meio do contato com sua construção ordenada.

Ainda consoante Antonio Candido, a literatura exerce função elementar na sociedade como parte da formação social e educacional de um indivíduo. A obra literária representa o homem e contribui para a construção de sua identidade social, funcionando como esboço da experimentação humana. Deste modo, o crítico afirma que ao pensarmos em literatura, algumas de suas funções destacam-se como indissociáveis de sua característica humanizadora, e, ao tomarmos como objeto de análise a obra de Munduruku, observa-se a imediata justificabilidade de sua teoria.

A função psicológica a qual o autor se refere fundamenta-se “numa espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia, que de certo é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares” (CANDIDO, 1972, p. 82-83). A literatura supre a indispensabilidade de ficção

que o homem manifesta, visto que frequentemente relaciona-se com a realidade, por vezes sendo uma representação ou tentativa de explicação de ocorrências factuais. Outrossim,

(...) as criações ficcionais e poéticas podem atuar de modo subconsciente e inconsciente, operando uma espécie de inculcamento que não percebemos. (...) Talvez os contos populares, as historietas ilustradas, os romances policiais ou de capa-e-espada, as fitas de cinema, atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança ou adolescente. (CANDIDO, 1972, p. 84)

A obra literária, do ponto de vista de Candido, ainda teria uma função educativa, no sentido de que, atua na vida do indivíduo para que este seja naturalmente apresentado a lídima sociedade em que se insere, mesmo que a intenção e a conveniência tradicionais esforcem-se em submetê-la aos moldes de uma sociedade conservadora. A literatura “age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, – com altos e baixos, luzes e sombras” (CANDIDO, 1972, p. 84). Por último, contudo, não menos importante do que as outras funções, Candido afirma que a literatura tem a atribuição de conhecimento do mundo e do ser, o que consiste na apresentação de uma realidade “inspirada no real”, mas com autonomia significativa. Portanto, cabe à literatura comunicar distintas experiências e realidades ao leitor, todavia, ao desviar-se de uma interpretação contextual fidedigna e moldar uma perspectiva baseada na fonte real de inspiração, o autor confere maior expressividade ao texto, o que confirma sua função humanizadora.

Infere-se, portanto, a partir do disposto, que a literatura indígena produzida por Daniel Munduruku participa do conceito de literatura humanizadora estabelecido por Candido, visto que, atendendo às funções designadas, representa o real e o ficcional em uma narrativa autobiográfica que, além de prover a necessidade humana de fantasia mediante às composições imaginativas, também não almeja uma representação mimética dos fatos; além de alcançar uma temática social a partir da apresentação da realidade indígena e por meio dela construir uma interpretação própria, engajada e nem sempre conveniente para a sociedade tradicional.

No entanto, a trajetória paradoxal de Candido acerca dos aspectos sociológicos que envolvem a literatura configura-se à medida que, na soma de alguns de seus textos, o autor, ao mesmo tempo em que reconhece a presença de formas de literatura em todas as culturas, as hierarquiza. Observa-se que os conceitos difundidos pelo professor em relação à literatura humanizadora referem-se a uma literatura específica, de características e particularidades delineadas por Candido em distintos textos redigidos em diferentes contextos produtivos de sua vivência profissional; logo, foram analisados alguns de seus textos para que se chegasse à composição do conceito de literatura

humanizadora proposto por ele e se fizesse uma contraposição com a narrativa indígena *Memórias de Índio*.

Em *O Direito à Literatura*, Candido, primeiramente, declara que a literatura constitui ferramenta de expressão humana e organização social, no entanto, a partir do aprofundamento de suas observações, percebe-se um estreitamento do conceito de literatura anteriormente empenhado.

Quando digo que um texto me impressiona, quero dizer que ele me impressiona porque a sua possibilidade de impressionar foi determinada pela ordenação recebida de quem o produziu. Em palavras usuais: o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere. (CANDIDO, 2011, p. 180)

Assim, constata-se que a aplicabilidade de uma literatura verdadeiramente humanizadora dar-se-á por suas propriedades formais satisfatórias ligadas a um conteúdo igualmente expressivo. As construções mais formais, ao contrário das orais ou populares, mostram-se mais eficientes quanto à sua competência humanizadora, de acordo com o crítico.

Mesmo em *Formação da literatura brasileira*, Candido confere um lugar secundário à literatura brasileira desde sua origem ao defini-la como produto de um contexto social associado às influências estéticas das produções européias.

Há literaturas de que um homem não precisa sair para receber cultura e enriquecer a sensibilidade; outras, que só podem ocupar uma parte da sua vida de leitor, sob pena de lhe restringirem irremediavelmente o horizonte. Assim, podemos imaginar um francês, um italiano, um inglês, um alemão, mesmo um russo e um espanhol, que só conheçam os autores da sua terra e, não obstante, encontrem neles o suficiente para elaborar a visão das coisas, experimentando as mais altas emoções literárias. Se isto é impensável no caso de um português, o que se dirá de um brasileiro? (CANDIDO, 1959, p. 9)

O autor propõe uma valorização da literatura produzida na Europa, apontada como universal e suficiente em si mesma. Desta forma, a partir deste modelo literário ocidental, outras literaturas ainda em construção obrigam-se ao espelhamento em sua composição bem-sucedida e, de maneira ajustada, agregam as particularidades locais numa associação próxima ao ideal. Desde sua concepção, “comparada às grandes, nossa literatura é pobre e fraca” (1959, p. 10), pois, frequentemente, aproveita-se das questões locais para compor enredos excessivamente provincianos que reduzem as obras a meras composições desprovidas de valor universal. Sua validade e relevância estão numa produção de sentido localizada que circula entre interlocutores específicos.

A literatura do Brasil, como a dos outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexistente nas literaturas dos países da velha cultura. Nelas, os vínculos neste sentido são os que prendem necessariamente as produções do espírito ao conjunto das produções culturais; mas não a consciência, ou a intenção, de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura. (CANDIDO, 1959, p. 18)

Neste contexto, constata-se que a literatura indígena, exemplar de literatura brasileira, embora há muito renegada como tal, constitui, para Antonio Candido, literatura menor, não só pelo já exposto, mas também por diversas características que a tornam muito mais uma elaboração folclórica do que propriamente literária na visão do crítico. Contudo, faz-se imperativo assinalar que este ponto de vista deveras linear e hostil corrobora a concepção quase global de que, entre culturas, há etapas de progresso e que os povos indígenas situam-se num estágio ínfimo em relação às culturas ditas “civilizadas”, e que por este motivo, não há importância em suas produções. A obra escrita por Daniel Munduruku revela o quão condenável mostra-se esse paradigma. O autor pretende com sua literatura difundir as tradições de seu povo e torná-las universais, bem como provar que também têm papel humanizador, à medida que promovem transformações sociais e orientam o indivíduo a coexistir harmonicamente.

A tarefa a que nos propomos é reeducar as novas gerações de brasileiros para que consigam nos olhar com a dignidade que merecemos. Para isso, não podemos fazer um enfrentamento violento como nos tempos antigos, mas usar das mesmas armas que foram utilizadas para estabelecer seu preconceito: a escrita e a literatura. Por meio delas, inventaram rivalidades, criaram guerras de extermínio, difundiram os estereótipos e preconceitos e, principalmente, dividiram-nos para poderem dominar nossos saberes ancestrais. (MUNDURUKU, 2016, p. 191)

Segundo Daniel Munduruku, a literatura foi usada como instrumento de desagregação social e, subsistir neste propósito é permanecer no lugar comum de que ela é produzida por poucos e para poucos. No entanto, se a expectativa maior da literatura é a humanização, nada mais coerente do que utilizá-la como fonte de integração entre povos e culturas distintas, não inferiores ou superiores.

Antonio Candido refuta a noção de que a literatura brasileira seja resultado de culturas que conviveram simultaneamente no processo de colonização do país, já que declara que as contribuições africana e indígena não exerceram influência significativa na construção de uma literatura nacional e que essas manifestações não passaram de atividades folclóricas sem amplitude e permanecem como tal. O autor ressalta que:

Levando a questão às últimas consequências, vê-se que no Brasil a literatura foi de tal modo expressão da cultura do colonizador, e depois do colono europeizado, herdeiro dos seus valores e candidato à sua posição de domínio, que serviu às vezes violentamente para impor tais valores, contra as solicitações a princípio poderosas das culturas *primitivas* que os cercavam de todos os lados. Uma literatura, pois, que do ângulo político pode ser encarada como peça eficiente do processo colonizador. (CANDIDO, 2006, p. 199)

Do mesmo modo que Candido reconhece a imposição dos padrões literários europeus de forma eversiva, também ratifica sua superioridade em relação ao produto cultural nacional da época, o que colaborou para a perda de espaço da literatura indígena no processo de elaboração de uma identidade literária nacional. Ao considerar a cultura aqui desenvolvida como primitiva, o autor ratifica a premência de outras, inclusive no processo de dominação territorial. Para que a cultura nacional fosse substituída gradualmente pela do colonizador, foi necessária uma literatura deveras eficiente no que tange a imposição de novas referências. Em outras palavras, a imposição de uma nova cultura deu-se a partir da supressão das manifestações já existentes.

Se o termo genocídio remete à idéia de “raça” e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. (CLASTRES, 2010, p. 78-79)

De acordo com Clastres, além do extermínio de uma raça, realizou-se uma aniquilação das formas de expressão desses povos. A representatividade indígena na literatura brasileira passa pela ficção e pelos aspectos alegóricos, além de produzir um discurso de valorização distinto da prática de anulação vivenciada por estes povos. A questão indígena, por conseguinte, percebe-se apenas representada no contexto literário brasileiro por autores não indígenas, mas se conserva dissociada de uma autoria propriamente original. Acerca desta proposição, Librandi-Rocha reitera:

O fato é que civilizações aborígenes sempre fizeram parte do programa da literatura brasileira; no entanto, os modos de sua inserção sempre foram via delegação; salvo engano, não há nenhum discurso aborígene, assinado por índios até o século XX, como parte da literatura brasileira, a não ser como citação, fonte ou inspiração. Trata-se, pois, de um lugar-comum desabitado, despovoado das gentes que intenta representar, situação que vem mudando radicalmente com a inserção de escritores indígenas e a multiplicação de estudos sobre as poéticas ameríndias no século XXI. (LIBRANDI-ROCHA, 2014, p. 173)

Neste contexto, Daniel Munduruku revela-se como intérprete de parte da cultura indígena brasileira desvelada por intermédio da literatura, para uma sociedade que por muito tempo mostrou-se apática ao que de mais expressivo e característico irrompe de nosso território.

Em *Literatura e Subdesenvolvimento*, Antonio Candido, mais uma vez, ao referir-se à cultura e à literatura, institui as manifestações literárias europeias como influência fundamental para a estruturação de outros sistemas simbólicos, sem qualquer destaque para as demais produções literárias, visto que defende o que chama de debilidade cultural ocasionada pelo baixo desenvolvimento econômico de países latinos. Dentre alguns fatores de ordem social, o analfabetismo e o convívio com inúmeras línguas contribuiriam para a degradação da literatura (CANDIDO, 2006, p. 172). Infere-se, neste contexto, que a produção literária oral elaborada pelos indígenas não participa do conceito de literatura defendido pelo professor, posto que sua abordagem pressupõe a escrita como exigência compositiva desta. No entanto, ao considerar-se o objeto de análise em questão, percebe-se, em alguns apontamentos feitos por Daniel Munduruku, a importância da oralidade como meio de integração social e valorização dos ensinamentos provindos dos ancestrais e que trazem o equilíbrio natural e instintivo necessário a humanização.

Educar a sociedade brasileira para que veja com outros olhos sua diversidade ancestral é uma jornada dura, difícil. Requer constância, confiança, fé. Não é um passe de mágica, mas um exercício de perseverança. Especialmente quando se lida com uma história que vem sendo construída há muitos séculos. Uma história contada a partir de um ponto de vista. (...) Essa história eurocêntrica foi forjada junto com a sociedade brasileira. Nesse novo povo não cabia ancestralidade indígena, apenas a europeia. Os ancestrais da terra deviam ser esquecidos, excluídos, exterminados, deletados para que nascesse um país novo. O resultado desse olhar foi a perseguição implacável contra os naturais da terra e contra suas espiritualidades, consideradas “coisas do demônio”. (MUNDURUKU, 2016, p. 190-191)

Quanto à atividade artística, para Antonio Candido, há distinções entre as produções de homens ditos civilizados e primitivos. Ao compor esses níveis de produções, o autor agrega valores a determinadas manifestações e as relaciona mais com a organização social dos grupos do que propriamente com a autoria. A literatura oral dos povos “primitivos” vincula-se à ordenação coletiva e às tradições culturais destes, pois sua total interpretação não tem autonomia no próprio texto e está enleada a outras manifestações secundárias. As performances, os gestuais compõem a interpretação final:

Feitas para serem incorporadas imediatamente à experiência do grupo, à sua visão do mundo e da sociedade, pouco significam separadas da circunstância, pois, sendo palavra atuante,

são menos e mais do que um registro a ser animado pelo deciframento de um leitor solitário. (CANDIDO, 2006, p. 57)

Portanto, percebe-se que, para o autor, a literatura configura manifestação representativa de uma sociedade, contudo não se obriga ao arraigamento a contextos secundários. O texto verdadeiramente humanizador submete-se a ele mesmo, e não necessita de exhibições de outra natureza para cumprir esse papel. Quanto mais “civilizada” a literatura for, mais distante dos hábitos sociais conservar-se-á. Os imbróglis cotidianos com que uma sociedade rústica conviveria, desencadeariam uma necessidade de representação em suas manifestações literárias, enquanto, numa sociedade desenvolvida sem privações, a literatura voltar-se-ia para concepções mais simbólicas e metafóricas, atendendo a expectativas imateriais, fora do âmbito meramente concreto.

Observa-se, entretanto, que a literatura humanizadora de Daniel Munduruku pretende transpor a fragmentação social e gradação literária qualitativa impostas desde a composição de nossa literatura e compromete-se também com a apresentação de uma comunidade que não se simplifica por suas carências, mas pelas experiências de convívio sintônico com a natureza, pela interação ímpar com o etéreo, pelo respeito desierarquizado aos outros seres sem hierarquização de espécies e pela responsabilidade coletiva.

(...) do lugar de onde vim, no meio da floresta e em comunidade indígena. Ajudar as pessoas nada tinha de caridade ou altruísmo. Gostar dos outros era algo muito comum, especialmente porque todos nós vivíamos como iguais, não havendo aqueles que tinham mais e outros que tinham menos; não havia crianças passando necessidades ou abandonadas nas ruas; não havia fome ou necessidades básicas não satisfeitas. Tudo era relativamente harmônico e funcionava bem. (MUNDURUKU, 2016, p. 85-86)

O autor em questão promove, de certo, uma percussão no modelo de literatura humanizadora proposto por Candido, porquanto nos submete a uma reflexão acerca da sociedade que, de fato, reuniria competências de humanização por meio de sua literatura. Faz-se fundamental o questionamento de que uma sociedade exclusora promotora de literatura semelhante não parece apta a humanizar e/ou civilizar. No entanto, uma literatura “primitiva” que traduz a conduta e os hábitos de um grupo social baseados na sabedoria ancestral justifica a humanização que as manifestações literárias são capazes de alcançar.

3 Considerações finais

Nossa literatura é um grito de libertação. E este nasce quando há opressão entalada na garganta. O Brasil tem esse grito entalado, mas ainda não conseguiu descobrir como libertar-se porque foi educado para ser submisso, para aceitar sem questionar.

MUNDURUKU (2016)

A partir da obra indígena, objeto de análise deste trabalho, oportunizou-se uma postura cuidadosa à temática social desenvolvida por Daniel Munduruku e a importância da divulgação da cultura indígena no âmbito escolar e literário em geral. Percebe-se significativo apreender a literatura indígena como constituinte da literatura brasileira e representante de uma atual minoria intensamente produtiva culturalmente.

Munduruku relata em sua obra a dificuldade de adaptação numa sociedade moralmente distinta de seu grupo social, em que as disparidades são acentuadas e encaradas como algo nocivo e inferior, contudo essa rejeição e intolerância sofridas por ele mesmo ainda criança, tornaram-no consciente de seu papel como educador. O autor concentrou sua produção literária em histórias para crianças não indígenas, proposta que vai ao encontro das perspectivas de incentivo à interação com a literatura indígena ainda nas primeiras etapas escolares e consequente apropriação das experiências relatadas como parte da formação do homem.

Em *Memórias de índio: uma quase autobiografia*, o professor reflete sobre a inclusão do indígena na sociedade “civilizada” tomando por base suas experiências como tal e sua relação com esta condição. Por vezes, quis esquecer suas origens, pois, desse modo, esse processo teria sido menos complicado, entretanto seu físico não lhe permitia negar suas origens. Isto posto, faz-se imperativo a problematização dessa sociedade “civilizada” que trucidada e aniquila culturas específicas até que seus representantes anseiem a perda de sua identidade e sua transformação em simulacros de um percurso usurpado.

O trabalho de humanização obriga-se à percepção do indivíduo inserido social e culturalmente, à compreensão de sua natureza e à contribuição em sua formação como ser social. Daniel Munduruku cercou-se de iniciativas em prol da humanização pela literatura em seu sentido amplo, utilizou o meio acadêmico para ajudar o povo Munduruku com os trabalhos de pesquisa desenvolvidos e decidiu que a literatura favoreceria seu projeto de transformação social levando ao conhecimento das pessoas a pluralidade cultural indígena.

Munduruku (2016, p. 189) apresenta uma literatura “capaz de mudar pensamentos errados, estereótipos, preconceitos”, que “aproxima mundos, constrói pontes, gera elos, amarra sonhos”.

Sua literatura humaniza, ao passo que, sem nos privar do alento e do contentamento que a fantasia proporciona, renova as concepções de literatura indígena já cristalizadas apresentando composições empenhadas numa mudança de perspectiva social em relação à cultura indígena. A literatura o humanizou, à medida que o transformou em instrumento de propagação do saber coletivo e o incentivou a empenhar-se para que “o Brasil finalmente desperte de sua catarse coletiva e alcance, enfim, sua liberdade” (MUNDURUKU, 2016, p. 205).

Embora os estudos neste artigo debatidos tenham ganhado força nas últimas décadas, cabe ressaltar que distante estamos de esgotá-los e, a partir das breves considerações desenvolvidas, tenciona-se uma despreziosa contribuição aos trabalhos de divulgação e reconhecimento da literatura indígena.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. **A literatura e a formação do homem**. Revista Remate de Males: Antonio Candido. Campinas: DTL – Unicamp, 1999.

_____. Estímulos da criação literária. In: **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **Formação da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Martins, 1959.

_____. Literatura de dois gumes. In: **A educação pela noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: **A educação pela noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CLASTRES, P. Do etnocídio. In: **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LIBRANDI-ROCHA, M. A carta guarani kaiowá e o direito a uma literatura com terra e das gentes. **Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea**. Brasília: UnB, n. 44, p.165-191, jul./dez. 2014.

MUNDURUKU, D. **Memórias de índio: uma quase autobiografia**. Porto Alegre: Edelbra, 2016.

RAMOS, A. **Povo Munduruku**, 2003. Disponível em:
<<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku>>.

[Recebido: 05 nov. 2017 – Aceito: 05 dez. 2017]